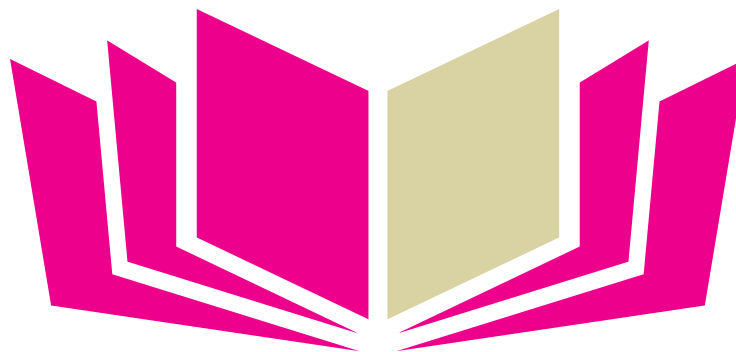


# Ensino e Educação de Jovens e Adultos em Moçambique

Roberto Luis

06



**O?**ENLEARNING



30

DECLARACAO DOS DIREITOS DE AUTOR  
© OSISA, dvv international (2012)

*A pesquisa para este relatório foi feita em Moçambique em 2010 e 2011 por Roberto Luis, com o apoio do DVV International nos seus escritórios em Moçambique. Foi sumariado e editado pelo Professor John Aitchison da Universidade da Província do KwaZulu-Natal.*

*Os direitos de autor deste artigo está empossado pela ( Iniciativa da Sociedade Aberta para a África Austral) Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA) e o Institut für Internationale Zusammenarbeit des Deutschen Volkshochschul-Verbandes (dvv international). Nenhuma parte deste relatório pode ser reproduzido quer na sua totalidade ou parte do mesmo sem a autorização expressa por escrito, das partes envolvidas.*

*Deve ser anotado que o conteúdo e /ou opiniões expressadas neste relatório são do autor e não necessariamente da OSISA ou dvv international.*

OSISA

Open Society Initiative  
for Southern Africa

## PREFÁCIO

*Roberto Luis*

Tivemos de muitas pessoas uma grande ajuda no trabalho que envolveu este estudo.

Fomos recebidos pelo pessoal do Ministério de Educação e as suas agencias associadas no Maputo, com boas vindas e muita cortesia, e também pelos Departamentos Provinciais de Educação na Zambézia e Nampula.

Os educadores e alunos dos centros de literacia que visitamos, foram simpáticos e pacientes com as perguntas que fazíamos, tolerando a nossas interrupções durante os seus trabalhos.

Como visitantes só nos podíamos sentir inspirados e um pouco humildes perante educadores dedicados e trabalhadores que tivemos o privilegio de conhecer, continuando a sua missão em condições muitas vezes extremamente difíceis.

Fizeram-nos reflectir e ponderadar, sobre o seu trabalho de promover literacia entre os jovens e adultos, com tudo

o que deparámos, esperamos ter feito justiça aos seus comentários e contribuições.

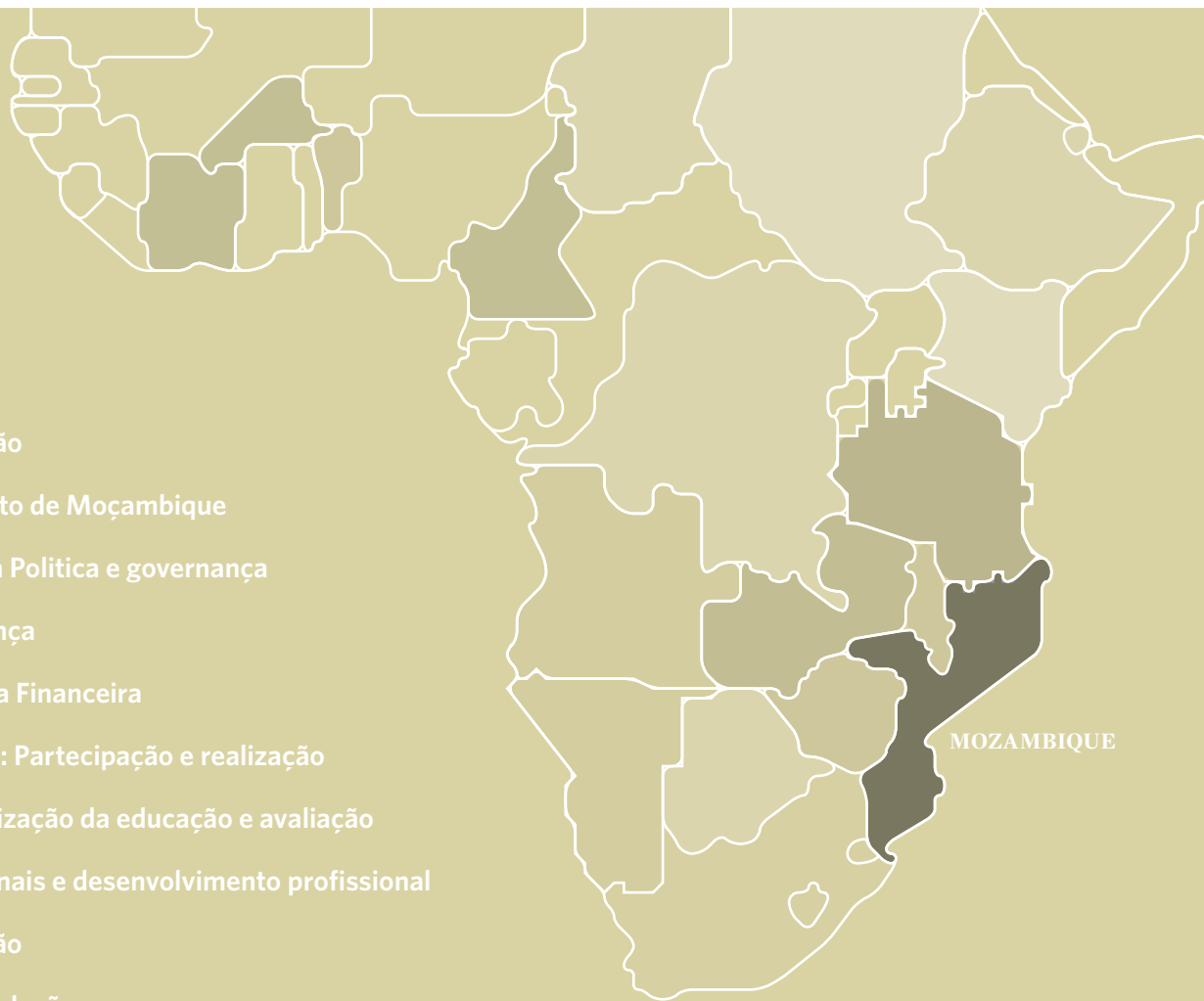
O pessoal e membros de todas as instituições contactadas por nós, em todas as províncias e até mesmo aqueles que estiveram presentes nas nossas reuniões, quer por correio ou telefone, reponderam sempre com muito interesse e boa vontade. O pessoal da dvv international dedicaram tempo e muita energia a este estudo, organizando e acompanhando-nos nas nossas visitas ao exterior e participando em prolongadas discussões sobre os seus próprios programas.

O pessoal da OSISA deu-nos um apoio logístico de grande valor, e sempre disponíveis quer fosse por telefone ou e-mail (correio electrónico); as suas intervenções foram muito úteis e de valor especialmente na orientação do estudo e na revisão da preparação dos relatórios.

Para mim, esta avaliação tem sido estimulante e instigante. Espero que este relatório ofereça uma reflexão útil sobre a actual posição da educação para jovens e adultos em Moçambique.

# INDÍCE

- 03 Introdução
- 05 O contexto de Moçambique
- 09 Estrutura Política e governança
- 13 Governança
- 16 Estrutura Financeira
- 19 Provisão : Participação e realização
- 23 Monitorização da educação e avaliação
- 25 Profissionais e desenvolvimento profissional
- 28 Conclusão
- 29 Recomendações
- 31 Referências



MOZAMBIQUE

# 1.

## INTRODUÇÃO

*“Esperamos que este relatório possa ajudar o governo Moçambicano a reforçar as políticas”*

Em 2011, a Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA) fez um estudo em cinco dos países da região – Angola, Lesoto, Moçambique, Namíbia and Suazilândia para elaborar um mapa actualizado sobre a posição actual da educação respeitante à juventude e adultos ,nesses países. O estudo envolveu investigação sobre as políticas, as estruturas institucionais, a governança, o financiamento, as provisões e as partes interessadas em cada um destes países. Mais ainda, os pesquisadores analisaram a qualidade e a coerência actual do ensino como base de uma fundação para o crescimento futuro e acções que sejam congruentes com a visão das sociedades abertas que respeitam os direitos humanos fundamentais. Um pré-requisito de uma tal sociedade é que, cada cidadão tenha acesso à educação gratuita como um impulso essencial para uma participação plena na vida política e económica do país.

Este relatório sobre Moçambique faz parte desse estudo regional. Baseia-se na pesquisa realizada no país em 2010 e 2011 por Roberto Luis, com o apoio dos escritórios da dvvinternational. O objectivo deste estudo era obter um entendimento mais profundo da actual disposição da educação e formação para jovens que estão já fora das escolas, jovens e adultos, e para identificar as instituições mais eficazes, práticas educativas, assim como a colaboração das partes interessadas e as estratégias de redes (networking) que podem ser usadas para melhorar a quantidade e a qualidade da educação. Esperamos que este relatório possa ajudar o governo Moçambicano a reforçar as políticas do ensino para jovens e adultos e que façam provisões suficientes, institucional e financeira para satisfazer as necessidades educacionais dos cidadãos jovens e adultos.

Há um crescente consenso internacional de que a educação básica, que inclui técnicas da vida para os jovens e pessoas mais idosas, ofereçam uma ferramenta essencial para incentivar a participação na democracia e economia. Ambos os resultados são de uma relevância especial para os pobres e marginalizados membros da sociedade da África Austral.

Uma política clara, financiamento realista e boa governança são necessárias para assegurar que os jovens e os adultos, têm acesso ao ensino, como um dos seus direitos naturais. Esta pesquisa buscou compreender a extensão e as causas dos muitos desafios que confrontam o sector da educação, e procurar soluções para os mesmos. Espera-se que os resultados da pesquisa possa capacitar ambos os actores, estatal e não estatal com política e outras recomendações que resultem numa melhor governança e coordenação do sector.

### Que queremos dizer com educação para jovens e adultos?

Este relatório usa uma definição ampla da educação de adultos que se aplica a toda a educação e formação que não faz parte do ensino convencional, comercial, técnico, formação em colégios técnicos e sistemas de educação superior que as crianças normalmente entram na idade de 6 ou 7 anos e a sair a qualquer altura a partir de meio adolescente até aos vinte poucos anos.

Esta definição da educação para adultos, portanto, inclui programas de ensino não só para aqueles que são reconhecidos como adultos, mas também os mais jovens (isto é, crianças e adolescentes em idade escolar os quais não fazem parte do sistema formal de educação). Esta definição está de acordo com o uso da UNESCO, a qual considera uma pessoa de 15 anos de idade ou mais velha um adulto.

Educação de jovens e adultos inclui programas destinados para os que são chamados juventude fora da escola, bem como muitos adultos que são classificados como educação não formal.

As definições de educação de adultos, e a educação formal, não formal, e educação formal usada pelo Ministério de Educação em Moçambique e Cultura (MEC) diferem da UNESCO e instituições de pesquisa internacionais. Em Moçambique o termo de “educação de adultos” tem tendência, na prática, a ser aplicado de uma forma muito restritiva para a alfabetização e educação básica para adultos, crianças e jovens fora da escola. O termo ‘alfabetização e educação de adultos’ também é frequentemente usado neste sentido restrito. O Ministério da educação de adultos com

um processo de aquisição de leitura básica, escrita e capacidades de cálculos que estimulam a participação das pessoas em actividades sociais, políticas e económicas e permite uma educação permanente e continua.

Esta definição realça o papel que a alfabetização funcional deverá desempenhar no desenvolvimento social, e económico.

A definição oficial do Ministério da educação não formal e (Ministério da Educação, 2003a, p. 4):

*Todos os tipos de actividades educacionais que estão centradas nas necessidades de um determinado grupo, organizado e implementado fora do sistema formal de educação de uma forma flexível quanto ao momento, local e adaptação dos conteúdos de aprendizagem em relação ao grupo escolhido.*

A educação informal é descrita pelo Ministério da seguinte forma:

*Educação, que acontece durante a vida das pessoas, através das suas experiências diárias e influências ambientais ( família, trabalho, entretenimento, biblioteca, media etc) está associada com a educação permanente, não-intencional, e não sistemática.*

Em Moçambique, os termos de ‘educação não formal’ é ‘educação formal’ ambas parecem referirem-se genuinamente à educação não formal em vez (conforme é feito confusamente, muitas vezes em alguns países) de sistema educacional de adultos equivalente à educação primária formal cujo os modos de ensino, que são baseados em salas de aulas, são também, completamente formal!

# 2.

## NO CONTEXTO DE MOÇAMBIQUE

*“mas ainda é um país muito pobre que depende de ajuda externa para a metade do orçamento anual do governo.”*

Moçambique é um território muito grande cerca de 799,380 quilómetros quadrados delimitada ao norte pela Tanzânia, e no oeste e sul de Malawi, Zâmbia, Zimbabué, África do Sul e Suazilândia. Para o leste está o Oceano Índico. Apesar da sua independência em 1975, Moçambique enfrentou uma prolongada guerra civil que atrasou o desenvolvimento até ser estabelecido um acordo político o que foi alcançado em 1992. The country is divided into 10 provinces (Cabo Delgado, Gaza, Inhambane, Manica, Maputo, Nampula, Niassa, Sofala, Tete, and Zambezia). The capital is Maputo.

O país está dividido em 10 províncias (Cabo Delgado, Gaza, Inhambane, Manica, Maputo, Nampula, Niassa, Sofala, Tete e Zambézia). A capital é Maputo.

A população que foi estimada em 23,515,934 em 2012, é cada vez maior ( em cerca de 2,3 por cento por ano). Cerca de 46 por cento da população é de 14 anos de idade ou menos. A idade média é de 16,8 anos. O país está também rapidamente a urbanizar-se a uma taxa de cerca de 4 por cento por ano. Mais de 40 por cento da população vive em cidades e vilas.

Um governo árduo e os esforços do sector privado reduziram gradualmente o nível de pobreza em Moçambique, mas ainda é um país muito pobre que depende de ajuda externa para a metade do orçamento anual do governo. A economia cresceu rapidamente nos últimos anos, embora a maioria das pessoas que vivem nas zonas rurais continuam a depender na subsistência da agricultura (a qual é vulnerável às secas e inundações) para a sua sobrevivência. Em Setembro de 2010, o anúncio do aumento de preços para combustível, electricidade, água e pão causou graves distúrbios.

Segundo o relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - Moçambique 2010 (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 2010B), o emprego no sector formal em Moçambique é extremamente baixo, e representa cerca de 16 por cento da população economicamente activa mesmo que se inclua cerca de 7,2 milhões de cidadãos empregados por conta própria (principalmente em áreas rurais, e como agricultores de subsistência) o nível de desemprego é de cerca de 20 por cento, incluindo a população em idade activa de trabalho.

## Population, poverty and inequality

Total da População	Taxa de crescimento da população	População com menos de US\$ 1.25 por dia	Gini indice
23,900,000	2.3%	75%	46

Fontes: Divisão de População das Nações Unidas, 2008, programa de desenvolvimento das Nações Unidas 2011 a , e Banco Mundial 2011

Nota: Valor de 0 no índice representa uma perfeita igualdade, um valor de 100 igualdade completa.

### A situação da educação e formação

O Sistema actual Nacional de Educação em Moçambique (SNE) entrou em vigor em 1983. É composto por cinco-subsistemas: Educação Geral, Educação de Adultos, Educação Técnica e Profissional, Formação de Professores e Ensino Superior (Mário, 2003). Português é normalmente a língua /idioma utilizado nas instruções, apesar de ser a língua principal de so 1.2 por cento da população.

Alguma educação pré-escolar é fornecida pelo Ministério da Mulher e Acção Social, do Ministério de Saúde e instituições da ONG, privadas ou religiosas, mas em todo os casos, espera-se que os pais paguem as propinas. Só um por cento das crianças Moçambicanas com menos de cinco anos beneficiam da educação formal pré-escolar (UNESCO Internacional Bureau of Education, 2010).

Educação primária, a qual é gratuita, e subdividida em primária inferior (graus 6 e 7). Um novo currículo foi introduzido em 2004. Normalmente

as escolas primárias funcionam em dois turnos ( e às vezes três) por causa da falta de instalações escolares e professores. O numero de crianças que frequentam a escola primária tem aumentado dramaticamente desde o fim da guerra civil, de 2,3 milhões em 1999 para 4 milhões em 2005, e 5 milhões em 2009. Em 2010, cerca de 92 por cento das crianças do país foram inscritas. No entanto, só em 2011, 300.000 crianças não tiveram acesso à escola primária, e cerca de 29 por cento das crianças que completaram os niveis mais baixos primários não conseguiram encontrar vaga nas classes superiores primárias.

Infelizmente a qualidade das capacidades concedidas na educação primaria e considerada muito pobre (Passos et al, 2005). Foi feita uma avaliação dos niveis de leitura e matemática dos alunos das escolas primárias em Moçambique, feito pela Southern and Eastern Africa Consortium for Monitoring Educational Quality (SACMEQ) (2012), constatou -se que Moçambique foi o único país que após a análise feita , demonstrou uma deterioração substancial em leitura e matemática

entre 2007-2011. Este declínio dos padrões está provavelmente ligado às rápidas mudanças estruturais no sistema de ensino durante este periodo, o que resultou num aumento massivo no numero de matriculas, mas não forneceu os correspondentes aumentos nos recursos humanos e materiais escolares. (Esta consequência negativa não intencional ao tentar atender todos os desafios da educação sem contar com implicações práticas, realça a necessidade de uma política para a educação para se atingir um equilíbrio entre o aumento de matriculas e a manutenção das mesmas, até mesmo melhorar a qualidade do ensino oferecido aos estudantes.)

Alguns programas elementares técnicos e profissionais são oferecidos aos alunos dos níveis primário superior.

Educação pós-primaria está disponível em primárias inferiores (1<sup>o</sup> nivel) fraculdade de formação de professores, educação técnica e profissional básica (industrial, comercial ou Agrícola) e escolas através da educação secundária para adultos.

O ensino secundário é dividido em duas fases, júnior secundário (graus 8 a 10) e sénior secundário (Grau 11 a 12), o que também é conhecido como pré-universitário. No entanto, em 2011 menos de 20 por cento daqueles que completaram o ensino primário básico, conseguiram matricular-se no ensino secundário júnior (world bank, 2012). Os alunos que entraram

na ensino secundário júnior, frequentemente repetem a mesma classe (35 por cento a 25 por cento para júnior e sénior secundário respectivamente), as taxas de desistência são também elevadas. Em 2009 havia 477,451 estudantes no ensino secundário e 85,184 no secundário sénior. Deste numero, 45.3 por cento e 42,4 respectivamente eram raparigas.

Pós-ensino secundário geral , está disponível no 2 nível da faculdade de formação de professores, de nível médio instituições do ensino técnico e profissional para a formação de técnicos.

Educação superior está disponível em universidades públicas e privadas, instituições superiores, escolas de ensino superior e academias. Em virtude dos lugares a este nível serem limitados, os candidatos tem de fazer um exame de admissão, tornando a competição para conseguirem entrada nas mesmas, dura e deficit.

No entanto, muitos jovens nunca tiveram acesso à educação , e agora nem podem entrar no sistema de educação formal e nem para a educação de adultos ou formação técnica e profissional. Foi estimado que aproximadamente 80 por cento dos trabalhadores no activo, não tiveram qualquer formação.

O Instituto Nacional de Estatísticas recentemente publicou uma estimativa derivada das projecções baseadas no censo populacional de 2007 em conjunto com uma Investigação feita a 3 de

Marco de 2010 ( o que é feito anualmente para determinar o número de alunos matriculados nas diferentes instituições de ensino público e privado, desde o ensino primário ao superior. Calculou-se que cerca de 1.140.000 de jovens estão actualmente fora da escola. Só 12 por cento deles foram empregados, deixando um milhão desses jovens sem qualquer tipo de emprego ou trabalho por conta própria Dado que mais de 300.000 jovens entram no mercado de trabalho anualmente, a dificuldade de responder as complexas necessidades deste grupo é provavel que sejam imensas, nomeadamente no que se refere aos recursos que são muito escassos.

Jovens que abandonam o ensino depois de terminarem a primária ou a educação secundária tem menos habilitações e oportunidades para terem acesso a meios de desenvolvimento que possa satisfazer as suas necessidades. Há pouca educacao apropriada, tais como formação profissional ou competências ao longo da vida de aprendizagem para atender as suas necessidades imediatas e futuras. Existem muito pouco modelos de bom exemplo e bem sucedidos para os atrair, e muito poucos educadores qualificados que sejam capazes de os ajudar. Morakinyo (2003) alerta-nos para a importancia de educação adequada para os jovens quando nos diz que: “Se os jovens não estão hoje bem equipados com exposição de aptidões,educacao e guiada necessária para a realização de desafios do amanhã, um amanhã melhor, morre permatuamente nas nossas mãos inexperientes”.

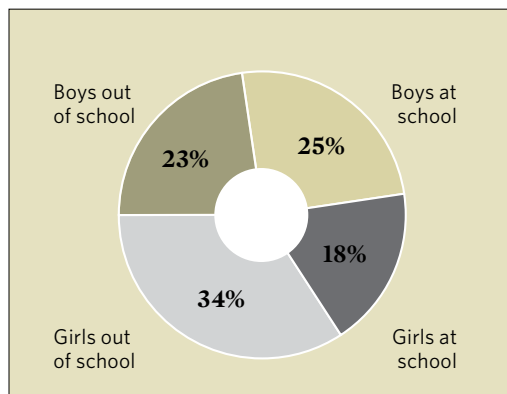
A história do Sabonete Cheira Bem's em baixo, (recolhida durante uma discussão em grupo, em Quelimane em Fevereiro de 2011), oferece uma ilustração bem clara das aspirações destes jovens, que normalmente vivem em áreas urbanas ou que migraram para lá das zonas rurais para procurarem melhor educação e emprego, são frustrantes. Esta juventude está a começar a representar um espinho na pele do governo, pois já se manifestaram em massa duas vezes, contra o aumento de vida ( particularmente em relação aos transportes públicos e alimentos) no Maputo.

### Porque é que o Sabonete Cheira Bem Desistiu da Escola

Sabonete Cheira Bem é um rapaz de 19 anos de idade, nasceu no Distrito Namarroi no centro da província da Zambézia. Ele viveu com os seus pais numa área em que a população está tipicamente dispersa. Ele comecou a escola primaria apenas aos 8 anos de idade, em virtude da caminhada para a escola mais proxima era de duas horas para cada sentido, e ele tinha que estar suficientemente desenvolvido fisicamente para poder fazer tão longa caminhada, quatro horas a andar todos os dias para ir a escola. Na idade de 13 anos ele conclui o 5ª classe e os seus pais mandaram-no para Quelimane para viver com um tio para que ele se podesse inscrever na 6ª classe.

Mas as dificuldades que o Sabonete teve de encarar aumentaram. Ele foi impedido nas suas

tentativas de se matricular na 6ª classe e por várias razões não pode frequentar a escola durante o dia. Em vez disso, ele teve que frequentar aulas noturnas. Em 2007 ele completou a 7ª classe, sendo portanto a educação obrigatória básica. No ano seguinte ele tentou ingressar na escola secundária/profissional, mas sem sucesso. Aos 16 anos, Sabonete foi incapaz de continuar qualquer forma de educação, ou de encontrar emprego. Já passaram tres anos. Qual é o futuro que o Sabonete vai ter?



média geral de literacia entre os adultos em todo o país em 2004 era cerca de 53.6 por cento, e era ainda mais alta nos áreas urbanas (65.7 por cento) do que nos distritos urbanos (30.3 por cento), entre as mulheres (68 por cento) mais alta que entre os homens (37.7 por cento). Num país tão grande e tão diverso como Moçambique é natural haver variações regionais, por exemplo, as taxas variam de 15.1 por cento na Província do Maputo e no sul de 68.4 por cento no norte da Província de Cabo Delgado. Os números sobre literacia entre pessoas jovens são alarmantes, com as taxas provinciais até a 37.9 por cento no grupo de idade entre 20-29 anos no grupo de 15-19 anos (48 por cento entre jovens do sexo feminino) e 50.7 por cento no grupo de idades entre 20-29 (61 por cento para mulheres). Presentemente (2010) ileteracia entre as mulheres mantém muito altas a 60 por cento, no entanto estes dados podem descer devido ao aumento de 60 por cento no numero de mulheres que se matricularam em programas de ileteracia para adultos nos ultimos anos. No entanto, o desafio de aumentar a educação para adultos, sobre literacia e numeracia permanece.

### Crianças fora da escola – idades 6-12 (2008)

Total	Masculino	Feminino
1 993 000	43%	57%

Fonte: UNESCO Institute for Statistics database (Instituto de Estatísticas e base de dados), 2010

### Jovens fora da Escola – idades 15-19 (2010)

	Todos	Masculino	Feminino
População	2 000 000	960 000	1 400 000
Na Escola	860 000	500 000	360 000
Fora da Escola	1 140 000	460 000	680 000

Fonte de Informação: (Ministério de Educação e Cultura 3<sup>de</sup> Março Investigação 2010

### Média Total de anos de escolaridade (primária e terciário)

1.2

Fonte: United Nations Development Programme, 2011a (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, 2011a)

Estas estatísticas mostram como é grande a necessidade da literacia e educação de adultos em Moçambique. Tendo em conta que o país tem tido um progresso significativo neste sector desde a sua independência. Em 1978, a taxa de literacia em Moçambique era de 97 por cento, mas em 1982 desceu para 72 por cento, através de grandes campanhas sobre literacia, apesar destas terem terminado efectivamente com o inicio da Guerra civil, a qual destruiu cerca de 50 por cento das infraestruturas escolares nacionais. De acordo com os dados publicados pelo National Institute of Statistics (Instituto Nacional de Estatística), a

	Taxa de literacia (por cento)			Numero de iliterados		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Adultos (15 +)	46	30	60	5 759 000	1 785 290	3 973 710
Jovens (15-24)	30	22	38	1 316 000	486 920	829 080

Fonte: UNESCO Institute for Statistics database, 2010  
UNIESCO Instituto para Estatísticas e base de dado 2010

# 3.

## QUADRO POLÍTICO

A existência de um quadro político para educação de adultos num país, significa que reconhecem a importância da educação para adultos como um meio de adquirir um desenvolvimento social, cultural e económicos. É também uma expressão de empenho político por parte do governo ao distribuir os recursos necessários para implementar as estratégias apropriadas para a educação dos adultos (no entanto, não sendo necessariamente, imediatamente ou completamente).

A importância de terem políticas oficiais explica a apreensão levantada na Declaração Africana sobre o Poder do Ensino dos Jovens e Adultos e Educação assim como o Desenvolvimento para África (UNESCO, 2009, pp. 3, 5):

*“A falta destes quadros de trabalho enfraquece as ligações entre a educação não formal e formal”*

*Muito poucos países tem políticas abrangentes, legislação e planos Estratégicos relacionado especificamente para jovens e EAE. A falta destes quadros de trabalho enfraquece as ligações entre a educação não formal e formal e restringe a incorporação das perspectivas de colaboração multi sectorial e a incorporação das perspectivas de África nos jovens e na EAE.*

*Todos os países deviam de ter uma política nacional abrangente sobre ensino e educação para adultos, um plano de acção (a qual também forneça uma política linguística abrangente e apoio à criação de ambientes letrados). Esta política deve ser apoiada pela legislação e com capacidade reforçada para dar efeito à política. Esta política deve considerar estratégias para a redução da pobreza.*

*“Na Constituição de 1990 afirma que a educação é um direito e uma obrigação de todos os cidadãos”*

Que políticas e estratégias (a nível do governo) existe em Moçambique que apoia a educação para jovens e adultos?

Na Constituição de 1990 afirma que a educação é um direito e uma obrigação de todos os cidadãos (Artigo 88). E também projectado a ser acessível e igual para todos, e o estado está instruído a permitir comunidades, cooperativas, comércio e órgãos privados para participarem e promoverem a educação. O Relatório Nacional para CON-FINTEA VI (Ministério de Educação e Cultura, 2008) declara que:

*É com base neste instrumento que o governo e a Sociedade civil está a fazer um esforço para providenciar que todos os Moçambicanos tenham acesso a literacia como uma forma de oferecer oportunidades a todos os cidadãos jovens e adultos para que possam adquirir as competências em literacia, numerária, capacitando dessa forma os cidadãos para os desafios que eles enfrentam diariamente.*

A nova política sobre a educação de 1995, adoptada na Resolução N8 no Parlamento, destinado a:

- Erradicar o analfabetismo, oferecendo acesso a toda a população aos conhecimentos científicos e oportunidades para desenvolver plenamente as suas capacidades;
- Garantir a educação básica para todos os cidadãos em sintonia com o progresso no desenvolvimento nacional, através da introdução progressiva da escolaridade obrigatória;
- Assegurar que todos os Moçambicanos tem acesso à formação profissional;
- Educar os cidadãos com uma sólida preparação científica, técnica, cultural e física e um alto nível de educação moral, cívica e patriótica;
- Train teachers as educators and conscious professionals with solid scientific and pedagogical preparation, capable of educating the youth and adults;
- Treinar correctamente cientistas qualificados e especialistas para que eles possam desenvolver a produção e investigação científica;
- Desenvolver sensibilidades artística e capacidade entre crianças, jovens e adultos, alimentado neles o amor pela arte e beleza;
- Educar crianças, jovens e adultos no espírito de paz, tolerância e democracia; e
- Educar as crianças e jovens na prevenção e no combate à doença, HIV/SIDA e outras doenças sexualmente transmitidas.
- A educação de adultos é coberta de forma explícita ou implícitamente, na maioria desses objectivos.

As políticas mais recentes para a educação de adultos tendem a ser incorporadas nos planos gerais de desenvolvimento do governo, tais como o programa do governo 2000-2004 que relançaram o apoio para a literacia com o objectivo de reduzir as taxas de literacia em 10 por cento. O plano de acção de 2001-2005 para a Redução Absoluta da Pobreza (PARPA) (República de Moçambique 2001) a literacia e a educação de adultos definidas como metas principais do ensino, estratégia mais específica do Subsector de Literacia e Educação de Adultos e Educação Não Formal (AEA/ENF) (Ministério de Educação, 2001) foi elaborado principalmente para erradicar a iliteracia. Um novo currículo para a Literacia e Educação de Adultos foi então desenvolvido. O próximo plano de educação, Segundo Plano Estratégico para o Sector 2005-2009 (Ministério de Educação, de 2005) reiterou a importância da redução da literacia como parte da redução da pobreza, e incentivou a participação de uma maior diversidade de provedores de educação. Em 2006, reconhecendo que a educação é um dos factores-chave no combate ao desemprego, o governo aprovou uma estratégia multisectorial para impulsionar a formação profissional e criar empregos.

Moçambique ratificou uma série de instrumentos internacionais que dão prioridade à educação e, em alguns casos, a educação de adultos: a Declaração Jomtien, CONFITEA V e VI, o Millennium Desenvolvimento de Metas (MDGs), o Quadro de the Dakar para Acção (UNESCO,

2000) e a Declaração Mundial sobre População e Desenvolvimento. Embora alguns deles, como o Plano de Acção ODM em Moçambique, que não faz qualquer referência à literacia de adultos, a adopção destes instrumentos levou o governo a prestar maior atenção à educação de adultos.

Em 1990, Moçambique tornou-se signatário da Declaração Mundial de Educação para Todos. Entre os objetivos, Moçambique aceitou a Educação para Todos em 1992 foi organizado formas alternativas básicas de educação e formação para rapazes adolescentes e raparigas, já fora da escola e fora do sistema formal (World Education Forum, 2000).

No entanto, para Moçambique ainda é extremamente difícil desenvolver um quadro político que envolva não só literacia de adultos e educação, mas também a educação da juventude e educação não formal. O governo continua incapaz de vincular a educação de adultos à participação da comunidade no desenvolvimento local. Geralmente, a política como a que existe está restrita a uma visão estreita e limitada de literacia e numérica que diz respeito a escrita, leitura e matemática como um meio final.

Por outro lado, a política sobre a literacia e educação de adultos em Moçambique (Ministério de Educação e Cultura, 2008) fazem referência à necessidade do aumento de oportunidades para mulheres e raparigas.

O raciocínio é que “muitas vezes, as mulheres são responsáveis por providenciar os meios de subsistência para as suas famílias e os benefícios da sua educação e passada para os seus filhos” é isso acontece em muitas famílias, “ a mulher é muitas vezes a principal ou a única, pessoa responsável pelo lar”. No entanto a inclusão das mulheres nessas políticas, não deve ser visto como um meio que vá excluir os homens.

O envolvimento de Moçambique com a Parceria Global, para a iniciativa de Education's Fast Track levou a exclusão accidental, da educação de jovens e adultos. Assim, ironicamente, a educação de adultos tem sofrido com as políticas governamentais que priorizam o acesso universal ao ensino primário Por razões que são frequentemente usadas para defender e dar apoio à educação de adultos!

As razões dadas para o primeiro plano à educação primária são expostas no Plano estratégico do Sector da Educação (World Education Forum, 2000):

Prover educação primária universal e um elemento central da estratégia do governo para a redução da pobreza, como aquisição de competências académicas básicas, incluindo a literacia, o que vai certamente ampliar o acesso dos cidadãos Moçambicanos a oportunidades de emprego e meios de vida sustentáveis

No desenvolvimento dos recursos humanos em Moçambique é essencial para o crescimento

económico do país e deve ser mantido. Sucesso numa economia cada vez mais integrada na tecnologia global é exigente e requer a melhoria continua no sistema de ensino.

O acesso universal à escola primária é a melhor estratégia para aumentar a equidade no sistema educacional. Garantir que todas as crianças se podem matricular na escola, vai abrir novas oportunidades para as crianças desfavorecidas, incluindo as raparigas, crianças com necessidades especiais e crianças de províncias e distritos onde o acesso é limitado.

A educação é necessária para o exercício efectivo da cidadania e, uma população informada e crítica é essencial para a protecção e reforço das instituições participantes e democráticas.

Porque não há nenhuma estrutura política claramente articulada na educação de adultos, educação da juventude, educação e formação técnica e profissional e capacitação, que visa ajudar as pessoas a encontrar empregos e gerar um rendimento, não existe um fórum obvio, para levantar questões sobre a juventude e as necessidades da educação para adultos. Perguntas dirigidas ao MEC são respondidas de forma dispersa e descoordenada e outros ministérios parecem estar envolvidos também. Intenções declaradas não são compatíveis com um investimento proporcional no financiamento de professores qualificados e motivados. Assim, a extensão do empenho por parte do governo para

a educação e literacia, educação de jovens fora das escolas e educação não formal ainda não está esclarecido.

No entanto, dois processos de revisão política estão actualmente em curso. Estes centram-se sobre a Literacia, Educação de Adultos e Educação não Formal como questões distintas. Embora seja preocupante que os mesmos estejam a ser tratados como algo separado, há sinais encorajadores do MEC que os dois estão começando a ser vistos como parte integrante um do outro.

Houve várias tentativas para estabelecer uma nova plataforma que irá dar um impulso às novas políticas e iniciativas. Uma delas foi o Colóquio Nacional de Literacia e Educação de Adultos, realizada na cidade da Beira, em Setembro de 2008. Este foi bem atendido por uma ampla gama de partes interessadas, incluindo representantes dos ministérios do MEC e outros ministérios, autoridades provinciais, educadores, membros de ONGs e doadores internacionais. Este colóquio foi organizado pelo MEC em parceria com a UNESCO e a Universidade Eduardo Mondlane, e foi financiado pela DVV Internacional, OSISA, Agência de Desenvolvimento Internacional (ICEIDA) e Islandês.

### Legislação e regulamentos

Em Moçambique, há uma série de leis e Decretos relativos ao sistema geral de educação. Estes

foram originalmente supervisionados pelo Ministério Nacional de Educação (MINED). Desde 2005, o nome deste ministério foi alterado para Educação e Cultura (MEC), e algumas das suas funções e poderes foram transferidos para os governos provinciais.

Lei No. 6 de 1992 modernizou o Sistema Nacional de Educação (SNE) para trazê-lo em linha com os modelos económicos e políticos consagrados na Constituição de 1990, e foi aprovado um Estatuto Orgânico da Direcção Nacional de Literacia de Adultos.

Regulamentos para o pagamento de subsídios para professores de literacia, foram promulgados apesar de ambos os regulamentos e normas serem muitas vezes difíceis de compreender e até mesmo contraditórios quando se compara os documentos. Um exemplo são as normas do Ministério sobre o número de alunos necessários para formar uma classe de literacia e contratar um facilitador.

Porque o estatuto jurídico de literacia existente e a educação de adultos não é devidamente esclarecida, eles sofrem com a falta de apoio financeiro, mesmo para os custos básicos de funcionamento.

Guia da Escola e Deveres obrigatórios coloca a responsabilidade sobre os directores escolares para organizarem a instrução de literacia para adultos nas suas áreas de jurisdição.

# 4.

## GOVERNO

*“durante a última década tem havido uma renovação nacional sobre a educação de adultos, no estabelecimento formal e nao-formal.”*

O MEC é responsável pelo planeamento, gestão e monitorização do sistema educacional. O sistema é altamente centralizado, uma unitária que estabelece a normas os padrões do pessoal docente, currículo e programas que são implementados a nível nacional. Assuntos de curriculum são normalmente liderados pelo Instituto Nacional para o desenvolvimento da Educação (Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação- INDE), apesar do Ministro poder aprovar adaptações regionais. Algumas das funções da MEC (em particular o que se relaciona com a educação, pessoal e necessidades financeiras) são devolvidas para as províncias, distritos e escolas. O processo de planeamento a nível de distrito é conduzido em colaboração com o Ministério de Planeamento e Finanças.

Em grande parte, devido à redução das atividades de educação de adultos durante a guerra civil, em 1995, a Direcção Nacional de Literacia e Educação de Adultos (DNAEA) foi tudo desfeito. Um pequeno componente de educação manteve-se dentro da Directoria da Educação Básica Formal Instituto Nacional para Educação de Adultos (INEA), mas num estado severamente enfraquecido. No entanto, durante a última década tem havido uma renovação nacional sobre a educação de adultos, no estabelecimento formal e nao-formal. Este renascimento deve resultar em grande investimento na literacia adulta e, inter alia, deve aumentar em ambos os sectores, perfil e divulgação sobre a necessidade de racionalizar assuntos de governança respeitante à educado. De facto, a DNAEA foi re-estabelecida em 2000, e foi aprovada uma estratégia para Literacia e educação para Adultos em 2001.

O Ministério Nacional do Trabalho do Instituto de Emprego e Formação Profissional (Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional —INEFP) administra uma rede electrónica (network) de formação profissional (Centros de Formação Profissional) e centros de emprego.

As agências doadoras e ONGs nacionais e internacionais com experiência técnica sólida e / ou financiamento, exerceram influência significativa na definição da política do governo e estratégia de desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação.

Os grandes doadores, participam no Conselho Consultivo do MEC, que aconselha o Ministério quando decisões importantes são tomadas. Pressão dos doadores internacionais tende a levar a uma ação mais imediata por parte do Ministério.

O papel das ONGs, organizações baseadas na fé (FBO) e o sector privado, por outro lado, tende a assumir a forma de participação no Grupo de Trabalho da Educação de Adultos, que lida com questões de implementação do programa. Portanto, pode-se argumentar que os doadores e as instituições multilaterais têm uma poderosa influência sobre a política do MEC e desenvolvimento da estratégia, enquanto ONGs, ORs e do setor privado são principalmente, activos em colocar a política em prática.

## Quadros administrativos: instituições, organização e implementação

O MEC contém uma Direcção Nacional de Literacia e Educação de Adultos (DNEAEA). No entanto, ainda não têm a capacidade de determinar o número, localização, cobertura e a capacidade das instituições e do pessoal envolvidos na literacia de adultos, educação de adultos e programas de educação não formal, nem o número de pessoas que beneficiam dos mesmos

Literacia e Educação de Adultos é representada em todos os níveis organizacionais (central, provincial e distrital), e uma votação anual é atribuída a DNEAEA no orçamento do Estado para a literacia e para os facilitadores de educação de adultos que empregam/ contratam. Doadores internacionais fornecem uma subvenção parcial através de um fundo comum de apoio ao sector educativo.

Diferentes departamentos dos ministérios do MEC e outros ministérios, também oferecem educação não-formal, mas cada um tende a funcionar de forma isolada, com o mínimo de coordenação de esforços. Grande parte da administração atual do sistema de ensino é realizado ao nível da Direcção Provincial da Educação. O processo de planeamento a nível distrital é realizado em parceria com o Ministério do Plano e Finanças.

Ministério do Trabalho do Instituto de Emprego e Formação, administra uma rede electrónica

de uma companhia de formação profissional (Centros de Formação Profissional) e centros de emprego. A ex-oferta de curta duração (1-6 meses) praticamente orientava cursos de formação profissional para desempregados ou juventude fora da escola. O Instituto também desenvolve currículos e materiais.

O financiamento e a oferta de educação de jovens e adultos é assistido por fortes parcerias entre o governo e os doadores internacionais, ONGs e igrejas, que são vistos como aliados-chave do governo na implementação do programa.

O Grupo de Trabalho de Educação para Adultos é convocada pelo MEC para discutir e reflectir sobre a estratégia e implementação do programa. O Ministério parece estar aberto a inovações que as organizações da sociedade civil sugerem com base na experiência que têm nessas áreas, particularmente se eles prometem resultados que podem ser replicados. ONGs que têm uma forte orientação técnica são os mais influentes.

Nos últimos anos, pequenas redes regionais que fazem lobby para educação de jovens e adultos foram surgindo. A Região Austral é conhecida como RAEJA, o Norte, como RAJANO; e da Região Central formou recentemente RAEJAC. São ainda redes informais de profissionais que pensam da mesma forma, indivíduos e organizações interessadas, que se reúnem para realizar actividades relacionadas à educação de jovens e adultos. Dvv international era o principal

apoiante dessas redes em seus estágios iniciais, mas será que estas mini-redes têm capacidade de funcionar sob o guarda-chuva nacional do Movimento de Educação para Todos (MEPT, a coalizão nacional EFA) ou procurar uma posição independente? isto permanece para ser visto.

### Provisões e administração da educação de jovens e adultos

Tipo de Provisão	Agencia Administrativa	Categoria do Provedor
Literacia	Direcção de Literacia e Educação para Adultos	Estado(Com doadores ,NGO e Apoio da Igreja)
Educação para Adultos ( Educação básica para Adultos ou Pós-Literacia		
Literacia de adolescents e crianças		
Literacia funcional	NGOs tais como ALFALIT e REFLECT	NGOs
Educação não-formal	NGOs	NGOs
Educação Técnica e Profissional e formação	Centros de Formacao (cerca de 100)	Governo Sector Privado
Continuacao da Educacao e Desenvolvimento Profissional	Universidade Eduardo Mondlane Universidade Pedagógica	Governo, Sector Privado, Orgãos Profissionais, etc.
Informacao, Comunicação e Tecnologia	Vários	Vários
Educação Superior	23 Instituições de Educação Superior	Universidades privadas e públicas e instituições de Ensino Superior
Necessidades Especiais		NGOs, Governo
Religioso, Cultural, Politico	Igrejas, Partidos Politicos	Organizações baseadas na Fé, organizações Políticas

# 5.

## ESTRUTURA FINANCEIRA

Como em muitos países, os pesquisadores descobriram que é extremamente difícil obter informações detalhadas sobre as fontes e a escala do financiamento para educação de adultos

### Financiamento Público

governo de Moçambique tem repetidamente expressado o seu empenho para com a erradicação da literacia através de uma combinação no aumento de investimento para ambas, literacia e educação (básica) para adultos. Isto tem sido traduzido para diferentes Políticas Nacionais que cumprem obrigações parciais assumidas nos temas de convenções internacionais sobre educação para o qual o país é signatário. No entanto, a proporção do orçamento do governo atribuído para a literacia e a educação de jovens e adultos tem sido desproporcionalmente baixa. Entre 2006-2011, a literacia e a educação de adultos foi responsável por menos de 3 por cento do orçamento total para literacia aproximadamente

200 milhões de dólares EUA - uma percentage claramente insuficiente para cumprir a meta ambiciosa de oferecerem programas de literacia a 1 milhão de alunos adultos por ano. (O (MEC) Ministério de Educação e Cultura, planeou financiar 30 por cento dos custos, porquanto o restante era para ser providenciado por organizações da sociedade civil mas, até mesmo, menos de um terço do total das despesas do ensino de literacia, para muitos dos participantes iria exceder aquilo que os recursos do MEC tem disponível).

O Relatório Nacional de 2008 para a CONFINTEA VI (Ministério de Educação e Cultura, 2008) confirmou que entre 2006-2007 as percentagens do orçamento da educação para educação não-formal foi de 3 por cento do montante global para a educação, apesar de também reconhecerem que:

*As quantias atribuídas para literacia e Educação de Adultos, são muito menos do que as necessidades actuais, impedindo a expansão ao acesso, que depende na formação dos*

*“o governo tem espaço limitado para poder fazer as suas próprias escolhas sobre o desenvolvimento de Moçambique, e dos meios que deve utilizar para atender as necessidades mais urgentes do país.”*

*educadores e agents de literacia, a produção de materiais, e especialmente o melhoramento da qualidade da educação oferecida.*

Aparenta haver uma enorme lacuna entre os empenhamentos do governo e a sua capacidade para os implementar – conforme existe também entre o número de pessoas que requerem formação de literacia e outras formas de educação para adultos e, os restritos recursos financeiros disponíveis para a DNAEA. A maior parte do seu orçamento é despendido no pagamento de subsídios aos educadores de adultos, na formação de profissionais, incluindo educadores de adultos, e no desenvolvimento da produção de materiais de ensino.

O Departamento de Planeamento e Cooperação Nacional (DPCO) dentro do MEC atribuiu

financiamento que a DNAEA recebe. A quantia é determinada segundo as prioridades do ministério e a qualidade de planos preparados e apresentados pelos diferentes departamentos de educação. Assim que a atribuição esteja completa, o orçamento total é submetido ao Ministério das Finanças para ser incluído no Orçamento Governamental anual, o qual por sua vez é enviado para aprovação no Parlamento. Normalmente a receita interna cobre todas as despesas dos salários da DNAEA, enquanto os investimentos da comunicação doadora aparecem através do Apoio Directo do Orçamento /Junção de Mecanismos de Financiamento ou através do sector de financiamento.

O orçamento anual de Moçambique ainda está altamente dependente das contribuições dos doadores externos. Em 2011, Moçambique só podia

cobrir 55.4 por cento do seu orçamento anual, e portanto teve que depender da ajuda externa para encontrar os restantes 44.6 por cento. Isto torna o país agudamente vulnerável à influência externa e da imposição de condições dos países doadores. Portanto, o governo tem espaço limitado para poder fazer as suas próprias escolhas sobre o desenvolvimento de Moçambique, e dos meios que deve utilizar para atender as necessidades mais urgentes do país. No entanto, existem doadores que talvez estejam interessados em apoiar um aumento do financiamento para a educação de jovens e adultos se Moçambique for capaz de elaborar uma boa estratégia para a educação de jovens e adultos, baseada numa análise rigorosa das necessidades e resultando em intervenções oportunas e relevantes. O fracasso do governo de incluir a educação de jovens e adultos nas áreas prioritárias que são seleccionadas para apoio finan-

ceiro da iniciativa Fast Track este e um exemplo de uma oportunidade perdida. Neste evento, so identificaram a educacao b asica primaria, com as estruuras escolares e construaoc reclamandoo a maior parte (acima de 40 por cento).

Uma mudança na situação actual de financiamento no âmbito do MEC , exigiria um tráfego de influência (lobby) mais eficaz por parte da DNAEA para mobilizar o apoio do Departamento de Planeamento Nacional e Cooperação, outras instituições financeiras, e os membros do Parlamento

## Financiamento de Doadores

Não existe uma lista actualizada de instituições doadoras que contribuem financeiramente para a educação de jovens e adultos, embora se saiba que as contribuições substanciais vem da ICEIDA, DVV INTERNACIONAL, Agencia Canadiana de Desenvolvimento Internacional e Cooperação/ Canadian International Development Agency (CIDA), Agencia Alemã para Cooperação Internacional / German Agency for International Cooperation (GIZ) e UNESCO.

Geralmente, o número de parceiros doadores, quer de apoio ou de oferta de programas de literacia e educação de adultos tem aumentado e alargado. Conforme observado anteriormente, o orçamento do Estado para a literacia e facilitadores de educação de adultos e parcialmente financiado por doadores

internacionais através de um fundo comum de apoio ao sector educativo. O MEC está a tentar racionalizar o seu orçamento através da assinatura de Memorandos de Entendimento com parceiros e financiadores, convidando-os para participarem nos processos de planeamento anual para que eles estejam cientes desde o inicio da localização das lacunas de fianciamento. Como a atribuição orçamental e tão pequena, as diferenças são muitas.

Os parceiros tem encorajado o MEC para solicitar apoio da iniciativa Fast Track para o sector de educação de adultos, mas até agora isso não aconteceu, talvez porque a educação primária é considerada uma prioridade maior. A educação não formal para as actividades de criação de receitas não tem financiamento sustentável, pois depende de doações de doadores ad hoc.

## O Pagamento dos subsidies dos educadores

Facilitadores de literacia trabalhando para qualquer programa, governamental ou não governamental, são lhes dados contractos anuais. Eles recebem um subsidio (equivalente a s EUA \$20 por mês) por parte do Estado o qual é amplamente fornecido por doadores internacionais. Nenhuma revisão dos subsídios para os facilitadores de literacia teve lugar à mais de uma decada, apesar do crescent custo de vida e da revisão do salário minimo realizado anualmente pelos empregadores, sindicatos e

governos. O pagamento irregular dos subsídios dos educadores torna a situação ainda pior. Esta e a razão para a frequência com que os professores qualificados e adultos procurarem emprego em outros sectores, deixando as suas aulas para os educadores não formados.

Alguns NGOs internacionais tem desempenhado um papel no financiamento de programas de formação para educadores e pagando os salários dos 'professores de literacia ', enquanto o governo assume a responsabilidade do restante do orçamento da educação de adultos. No entanto, quando o projecto de um doador especifico iniciado termina, os educadores são deixados sem apoio financeiro, e tendem a fechar os programas de literacia de adultos em causa. Com vista a resolver este problema, o MEC aprovou um regulamento para cobrir os subsídios devidos aos educadores de literacia.

# 6.

## PROVISÃO: PARTICIPAÇÃO E REALIZAÇÃO

*“muitos analistas argumentam que o currículo utilizado em programas de literacia mais convencionais, têm pouca relevância para as necessidades imediatas e futuras de jovens e adultos.”*

O resumo seguinte é baseado em dados (de vários graus de validade e abrangência) recolhido dos ministérios do governo e outras partes interessadas na provisão de, e comparecimento nos programas de educação de jovens e adultos.

### Literacia educação (básica) de adultos

Ministério de Educação e Cultura (2008) declara que:

*A literacia e Programas de Educação de Adultos são orientados basicamente para a juventude e adultos os quais por alguma razão não tiveram acesso a educação formal. No entanto, não exclui a possibilidade de ser adoptado para crianças na idade escolar que não tiveram também acesso a escola primária.*

O novo currículo é suposto seguir diversos modelos, que podem acomodar diferentes necessidades. Estes incluem instrução em habilidades práticas, que são destinados ajudar os estudantes a melhorar as suas condições de vida. Entretanto, muitos analistas argumentam que o currículo utilizado em programas de literacia mais convencionais, têm pouca relevância para as necessidades imediatas e futuras de jovens e adultos.

O programa formal de literacia e educação de adultos, que é o maior programa de educação de adultos no país, nos últimos três anos junto com um exame ao nível de 5<sup>a</sup> classe. Este é normalmente executado nas escolas. Infelizmente, os materiais de aprendizagem, livros e materiais didáticos básicos, tais como quadros, giz e livros de exercícios - são frequentemente distribuídos de forma desigual, ou mesmo

inexistentes nessas classes. Nesses casos, os alunos têm de usar os livros escolares destinados a crianças. Existe também a necessidade de avaliar os métodos de ensino de literacia actualmente a serem usados, para garantirmos que os mesmos tenham sucesso no cumprimento dos seus objectivos e que sejam rentáveis.

Em algumas áreas de Moçambique, a instrução é dada agora não só em Português, mas também em línguas locais (Mouzinho e Nandja, 2006). Algumas aulas de inglês estão disponíveis em alguns centros, porque proficiência em falar a língua é importante para as pessoas que trabalham nas indústrias de turismo e artesanato (por exemplo, Mercado Municipal de Inhambane).

A procura e a oferta de, estas aulas de literacia e educação de adultos tem aumentado rapidamente desde 2002, quando a implementação da literacia e da nova estratégia nacional e Educação de Adultos começou.

<b>Participantes do Primeiro e Segundo ano de literacia da educação de adultos</b>						
Ano	Matriculados	percentagem Mulheres	Presentes	percentagem Mulheres	Passaram	percentagem Mulhere
2003	406 309	58	321 701	56	223 028	56
2004	479 466	55	385 489	59	296 213	59
2005	535 811	59	376 939	58	293 612	59

Fonte: Departamento de Educação de Adultos , 2007

<b>Participantes do terceiro ano de literacia e educação adulta</b>						
Ano	Matriculados	percentagem Mulheres	Presentes	percentagem Mulheres	Passaram	percentagem Mulhere
2003	71 721	48	42 755	50	29 032	47
2004	112 576	51	68 448	47	48 389	46
2005	126 605	51	67 382	47	47 341	47

Fonte: Departamento de Educação para Adultos , 2007

A taxa de retenção, média geral 77 por cento para o primeiro e Segundo ano, e 58 por cento para o terceiro. Este é um resultado satisfatório, apesar de ser difícil garantir taxas elevadas de retenção entre os adultos matriculados nos programas de literacia.

Além de outras reivindicações, a seu tempo, a maioria dos adultos acha frustrante perder de um a três anos aprendendo apenas a ler e a escrever. A maioria dos adultos que frequentam aulas de literacia vivem nas províncias do norte, onde a taxa de literacia é mais elevada.

Em 2007 mais de 600,000 adultos inscreveram-se (quase dois terços eram mulheres). Mais delas (51 por cento) concluíram os programas obtendo resultados satisfatórios. Muito poucos programas de literacia em África, podem mostrar os mesmos resultados.

Os programas de literacia que foram transmitidos pela Alfa-Rádio em todas as províncias de Moçambique, ganhou 245,771 participantes, dos quais 78 per cento eram mulheres. Outra iniciativa de literacia, com base no Yo espanhol, puedo sí (Sim, eu posso) e um modelo redesenhado em Cuba e foi transmitido como Programas de literacia da Rádio e Televisão. Esta literacia e apoiada por uma combinação e acções principais em sala de aulas, livros, folhetos e videos.

As aulas de literacia destinados a crianças e adolescentes (estudantes com 14 anos ou mais),

que não tiveram educação formal, também são realizadas em algumas escolas e igrejas. O financiamento para estas classes vem do Estado ou das próprias igrejas.

Embora a definição oficial de adultos MEC identifica a educação de adultos como sendo essencial para o desenvolvimento social político e económico, a evidência sugere que o sistema actual é incapaz de vincular a educação de adultos a participação da comunidade no desenvolvimento local, e que o seu foco principal continua sendo a leitura, escrita e aritmética como fins em si mesmo.

### Literacia funcional, educação não formal e formação de habilidades básicas

Literacia Funcional, Educação não formal treino de competências básicas que inclui no seu currículo o desenvolvimento comunitário, criação de renda e atividades de desenvolvimento de competências, é ensinado tanto em línguas portuguesa ou local. O financiamento destes programas vem de ONGs e igrejas. Algumas iniciativas de literacia das ONGs têm sido expandidas para incluir atividades tais como a formação de associações comunitárias locais (Reflect), a distribuição de óculos de leitura (ALFALIT), e a produção de sistemas de poupança de energia e aquecimento solar. O sistema de estatísticas oficiais do MEC não inclui dados desses fornecedores

Educação não formal, a qual já foi definida nos termos da descrição do MEC numa secção anterior, e financiada inteiramente pelas ONGs. Apesar das instruções oferecidas inclui literacia e educação básica, outras "habilidades para a vida" treino e oferecido nas tais áreas como saúde comunitária, plano familiar, nutrição, educação ambiental, agricultura, criação de animais, artes e artesanato e o desenvolvimento de pequenos negócios.

O MEC anotou (2008) a alta percentagem de mulheres envolvidas na literacia e educação para adultos e educação não formal, apesar dos muitos obstáculos que impedem a sua participação. Estes incluem resistência dos maridos, responsabilidades familiares a distância que elas tem que cobrir entre as suas residências e os centros.

Há certos componentes básicos de treinamento de habilidades para algumas classes de educação de adultos. Estas instruções oferecem treino em áreas como corte e costura, carpintaria, culinária, habilidades de pequenas empresas, jardinagem vegetal, construção, cerâmica, o uso de ervas medicinais e de saúde comunitária

Um estudo recente sobre a situação dos programas e organizações que utilizam REFLECT em Moçambique (Luis e Cambula, 2010, p. 17) identifica três objectivos principais do trabalho de educação não-formal feito por algumas ONGs listadas, FBO e as agências do sector privado.

<b>Mobilização da Comunidade para trabalho comunitário</b>	Preocupação Universal/Conselho Cristão de Moçambique (CCM), Fundação Malonda
<b>Literacia Funcional e fortalecimento económico</b>	Accao Auxiliar, Preocupação Universal / Conselho Cristão de Moçambique (CCM), Fundação Malonda Helvetas/UATAF, Progresso
<b>Mobilização da Comunidade e organização para mudança social e no comportamento</b>	Progresso, Acção Auxiliar, Preocupação Universal

## Aulas Noturnas

Aulas para trabalhadores adultos ao fim do dia de trabalho existia antes do país ter obtido a sua independência, mas cresceu nos anos que se seguiram. Em 1990 mudaram o seu carácter e passou a ser mais uma extensão do sistema escolar antigo, seguindo o seu currículo e usando os seus materiais. Cada vez mais essas classes são frequentadas por jovens que não conseguem entrada para as escolas convencionais ou que abandonaram a escola. São cobradas pequenas taxas aos participantes dos cursos noturnos

Os alunos que concluíram o programa de literacia e educação adultos podem ter acesso ou entrada para classes noturnas primárias mais avançadas. Em 2007, cerca de 80.000, estudantes matricularam-se neste nível. Algumas provisões foram também tomadas para educação secundária para adultos e educação profissional em aulas noturnas.

## Continuidade da educação e desenvolvimento profissional

Entre 2005-2009, 171.288 pessoas – 119,350 homens e 51,938 mulheres – foram matriculados em vários cursos de formação profissional a nível nacional.

## Formação e educação técnica e profissional financiada pelo sector privado e publico

O pesquisador recolheu muito pouca informação na área tão importante.

O Instituto Nacional para Emprego e Formação Profissional faz parte do Ministério de Trabalho. O seu mandato é o de atender a assuntos relacionados com emprego e formação profissional para pessoas que não beneficiaram do sistema educacional nacional. Existem cerca de 100 centros de desenvolvimento de habilidades profissionais no país, apesar de muitos deles não serem suficientemente responsos para as exigências actuais do mercado de trabalho em ambos os métodos de formação e equipamento que está desactualizado.

Uma das vertentes fundamentais do Plano de 2010 Económico e Social é promover ambas, a formação inicial e a contínua, para cerca de 95.000 candidatos para o emprego e para as 156,312 pessoas já empregadas. Para cumprir essa meta o governo está trabalhando com instituições do sector público e privado. No entanto, se tivermos em conta o facto de que o emprego e a formação profissional geralmente é oferecida apenas para candidatos com 18 anos ou mais, é evidente que a meta estabelecida pelo governo está muito aquém de atender à verdadeira necessidade. Há ainda mais de um milhão de jovens de 15-19 anos que estão desempregados.

## Certificado para os alunos fora da escola

Os Artigos 31 e 35 da lei 6 de 1992, a qual modernizou o Sistema Nacional de Educação (SNE) para alinhá-lo com os modelos económicos e políticos consagrados na Constituição de 1990, referem-se a duas modalidades de educação de adultos:

- Educação de adultos que resulte num certificado formal da escola de educação formal; e
- Fora de escola e educação não formal, o qual é independente do sistema regular de Educação.

Esta formulação tende a sugerir que deveria haver alguma forma de articulação entre as qualificações escolares formais e aquelas relacionados à educação de adultos.

O novo currículo de literacia e educação de adultos em 2003 (Ministério da Educação, 2003) propôs que o modelo atual de três anos de instrução, o equivalente a 5<sup>a</sup> série do sistema formal, que seja estendido para um período de quatro anos de instrução que proporcionaria equivalência ao grau 7 no sistema formal.

Os exames externos que são escritos por Grau 5 e 7 crianças das escolas primárias e aquelas em escola secundária em classes 10 e 12 também pode ser escrita por jovens e adultos que tenham recebido educação fora da escola. Estes exames escolares nacionais são executados pelo Conselho Nacional de Exames, Certificação e Avaliação (Conselho Nacional de Exames, Certificação e Equivalência).

Os certificados são válidos apenas para alunos que estão fora da escola e que participaram em programas oficiais de literacia que usam um currículo formal do governo, e que passaram os exames estabelecidos na 5<sup>a</sup> série e 7 níveis de ensino primário

# 7.

## MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

*“A monitorização e avaliação numa escala nacional tem sido persistentemente fraca.”*

A monitorização e avaliação numa escala nacional tem sido persistentemente fraca. Isto tem sido atribuído a uma falta de fundos e transporte, embora a responsabilidade deva ser das províncias e dos distritos, pois o governo descentralizou as actividades de supervisão e monitorização e atribuiu fundos.

Os programas de educação de monitores adultos de DNEA a níveis distritais, provinciais e nacional. As suas responsabilidades incluem visitas aos locais e ajuda no uso de métodos de ensino. Na teoria os processos completos de monitorização, apreciação e avaliação incluem (Ministério da Educação e Cultura, 2008):

- inspecções estatísticas do número de matrículas (trimestralmente, semestralmente, anualmente);

- visitas aos centros locais onde os programas são implementados;
- reuniões com os participantes e provedores dos programas;
- reuniões com os líderes das comunidades que beneficiam com esses programas;
- avaliações dos alunos por meio de testes escritos;
- Reuniões participativas, aonde o grupo escolhido expressa o que sente sobre os programas que usaram ou que ainda estão a usar, e o líderes dos programas; e
- Reuniões com os professoras/facilitadores.

Embora tenham sido conduzidas avaliações formais da educação adulta no passado, parece que as avaliações sistemáticas da eficácia dos programas existente e a curricula dirigida às necessidades dos alunos, educadores e praticantes não estão a ser feitas. Há uma relutância geral por parte das autoridades de fazerem um estudo sobre o impacto dos

custos dos diferentes programas, os quais podem estar ligados a um certo grau de politização do subsector.

## Pesquisa

Existe uma grave falta de dados precisos e coerentes sobre juventude e educação de adultos em Moçambique. Este é um impedimento considerável a que tenta responder à magnitude dos problemas situacionais, visto a sua extensão só poder ser imaginada. Em 2000, o relatório Educação para Todos (Fórum Mundial de Educação, 2000) observou que: "a falta de um sistema adequado de coleta de estatística de dados do sector, contribui para a falta de informações qualitativas a respeito de Educação de Adultos e Literacia."

Os dados sobre literacia de adultos, educação de adultos e educação não-formal recolhidas pelo MEC vem de centros de literacia de adultos e profissionais através de distritos e departamentos provinciais de educação. Este é consolidado pelo Ministério e enviado para o Departamento de Planeamento Nacional e Cooperação. Uma das falhas das linhas no processo é que os modelos usados para registrar estas informações não são uniformes. Os modelos da MEC usados pelos distritos e departamentos provinciais de educação, muitas vezes diferem dos praticados a esse nível local, organizações e instituições.. Alguns dos 'informais' modelos não têm categorias-chave, o que dificulta, por exemplo,

para desagregar os dados de acordo com o gênero dos participantes.

Alem disso, o mesmo acontece quando os dados são recolhidos e compilados pelo ministério, não é feito um bom uso do mesmo. O ministério também tem uma capacidade de investigação muito escassa para verificar e avaliar os dados recolhidos. Na verdade, há uma boa razão para duvidar da veracidade dos dados produzidos por duas razões principais. A primeira é que a Direcção da Literacia e Educação de Adultos que ainda não tem uma ideia clara do número, localização, cobertura e capacidade das instituições e pessoas envolvidas na literacia, educação de adultos e educação não formal. Com falta de evidência confiável, a Direcção não pode realistischamente estabelecer metas (tais como 1 milhão de pessoas por ano com o objectivo fixado pelo mesmo). Isto também quer dizer que o governo não pode saber os custos para atingirem as metas, não contando aonde encontrar os recursos.

Em segundo lugar, os dados sobre o número de participantes nas aulas pode ser enganosa, uma vez que não existe uma fórmula aplicada de forma consistente para a contagem de pessoas que permanecem por mais de três ou cinco anos. Em cada local visitado durante o curso deste estudo, a pesquisadora ouviu relatos de alunos adultos que haviam frequentado aulas de literacia por muitos anos mas no entanto ainda estavam constantemente a ser contados como novos alunos nos inquéritos estatísticos. Facilitadores da literacia, cujos incentivos são dependentes do

número de alunos de literacia em sua classe, dizem que eles exageram os números de alunos nos seus relatórios por razões óbvias.

Esta situação tem causado GIZ e dvv internacional em Moçambique, a decisão de encomendar a uma comissão para um exercício de mapeamento e desenvolvimento de um banco de dados, que permitirá que todos os jovens e os profissionais de educação de adultos capturem, processem, analisem e disseminem dados sobre esta matéria. Isto é visto como um processo que irá mitigar a fragmentação geral no subsector. No entanto, estas agências reconhecem que os dados coletados deverão ser mantidos e atualizados constantemente.

O pesquisador não foi capaz de investigar qualquer advocacia de evidência baseada em pesquisas realizadas no campo da juventude e educação de adultos.

Que tipo de pesquisa a educação de adultos é feita em Moçambique está a ter pouco impacto sobre o sector da educação, visto o pouco da informação obtida ser comunicada aos educadores que trabalham no campo.

# 8.

## PRATICANTES E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

---

Dados confiáveis sobre o número de facilitadores, treinadores e administradores no país eram inatingíveis. Isto pode ser parcialmente explicado como resultado da fraca coordenação e comunicação entre os profissionais em todo o país.

---

### Qualificações do Professor

Muitos educadores de adultos têm qualificações formais de ensino da escola, mas deve-se notar que existe um certo número de diferentes tipos de formação (alguns agora obsoleto) para professores escolares. Os requisitos acadêmicos para os professores a seguir indicados é representativo, mas não completo

### Escola primaria

- Grau 4, mais quatro anos de formação nas escolas de qualificação pré-independência
- Grau 9, mais dois anos numa faculdade de formação de professores
- Classes 6 ou 7, mais três anos e meio ou três anos num centro de formação de professores de instrução primária

### Ensino primário superior (sujeitos individuais)

- Grau 10, mais dois anos num instituto de formação de professores (agora o modelo dominante para todos os professores do ensino primário)

- Grau 9, mais dois anos de formação da Universidade Eduardo Mondlane

## Escola Secundaria

- Grau 9, mais de dois anos de formação em duas disciplinas na Universidade Eduardo Mondlane
- Grau 11, mais dois anos de formação em duas disciplinas na Universidade Eduardo Mondlane
- Grade 12, mais um ano de formação (agora o modelo para professores de Grau 11, mais dois anos de formação em duas disciplinas na Universidade Eduardo Mondlane, agora um modelo dominante para professores de secundaria inferior)

A Universidade Pedagógica oferece graduação em educação.

Muitos professores em Moçambique não têm as qualificações dos professores. Em 2005, alguns 42 por cento primária inferior e 31 por cento dos funcionários da escola primária superior pertenciam a este grupo (UNESCO International Bureau of Education, 2010).

## Literacia e facilitadores da educação de adultos

A grande maioria dos facilitadores envolvidos na literacia e educação de adultos são voluntários, geralmente com um nível de cinco a sete anos de educação escolar, que frequentam um curso de formação muito curto e duração entre 30-45 dias.

O governo oferece estes cursos para facilitadores em centros de treinamento (em lugares como a Matola na Província de Maputo, Mutauanha na Província de Nampula e Quelimane na província da Zambézia).

No entanto, em 2008, os analistas estimam que mais de metade desses facilitadores não têm qualquer formação inicial pedagógica como facilitadores. Além disso, o estatuto jurídico de literacia existente em muitos centros de treinamento de educação de adultos não é clara, de modo que eles não têm o recurso ao distrito ou orçamentos provinciais, e têm encontrado grande dificuldade até mesmo os custos da formação mais básica. Os formadores das NGO, por outro lado, têm geralmente pelo menos 10 anos de escolaridade complementada com um ou mais cursos de formação no Instituto Nacional de Educação de Adultos (INEA) ou uma universidade.

Facilitadores da literacia que trabalham para qualquer programa, governamental ou não governamental, são empregados sob contrato por um ano. Eles recebem um subsídio voluntário (equivalente a EUA \$ 20 por mês) do estado, embora cerca de 60 por cento dessa soma vem de doadores. Existe uma alta rotatividade de educadores ao longo de um ciclo dum programa, em parte devido à baixa quantidade e pagamento irregular dos subsídios dos educadores. O volume da facturação também inibe o crescimento da capacidade institucional sustentável

Embora, algumas ONGs internacionais tenham produzido o financiamento de programas de formação para educadores e pagarem os subsídios dos professores de literacia, estes projectos, eventualmente, chegam ao fim, deixando os programas de literacia de adultos e os professores que trabalham para eles, sem a capacidade para continuar.

Com vista a melhorar a situação, o MEC tentou regular o pagamento de subsídios dos educadores de literacia. Embora tenha havido alguma melhora no fornecimento de motivações jurídicas e administrativas para tais pagamentos, o orçamento atribuído para o efeito é muito limitado. Não existem medidas para ajustes anuais dos subsídios, como há no caso dos salários dos funcionários públicos. Em suma, os professores de literacia de adultos seguem uma ocupação incerta e mal recompensado.

## Outros Educadores de Adultos

Professores do ensino primário e graduados de classes 10 e 12 são frequentemente usados para ensinar programas de educação de adultos. O MEC originalmente tencionava preparar esses educadores para a educação de adultos, proporcionando um curso de formação de 30-40 dias, mas as restrições financeiras podem reduzir para a duração de três, cinco ou sete dias.

Cerca de 10 por cento dos educadores de adultos formados pelo INEA são contratados

por autoridades educativas provinciais para trabalharem como educadores profissionais, eles recebem o mesmo salário que ganham os professores de menor categoria do ensino primário.

Directores de escolas em todas as escolas primárias e secundárias têm o dever de acompanhar e apoiar as classes de literacia de adultos nas comunidades na área da escola. Eles também são obrigados a desempenhar um papel activo na organização e facilitação de iniciativas de literacia dentro de suas áreas de jurisdição, tal como anunciado no Guia da Escola e Deveres obrigatórios.

Duas universidades (Eduardo Mondlane e Universidade Pedagógica) e do Instituto Nacional de Educação de Adultos (INEA) oferecem treinamento aos candidatos para os cargos de literacia e os administradores não-formais e formadores. O requisito de entrada para os programas de administrador / gerente de treinamento é de 12 anos de escolaridade ou um curso de graduação.

O MEC pretende oferecer literacia e educação de adultos para 1 milhão de pessoas por ano. O ministério identificou (Ministério da Educação e Cultura, 2008), melhoramentos urgentemente necessários na prestação e expansão do sector de literacia e educação de adultos como uma melhor gestão, monitoramento, supervisão e formação dos próprios formadores

## Formacao de educadores de adultos

Apesar de duas universidades oferecerem algum treinamento na educação de adultos, e alguns membros do pessoal e alunos dos departamentos relevantes estarem envolvidos em pesquisas sobre este tema, Moçambique ainda está longe de ser capaz de cumprir a meta do MEC de oferecer literacia e educação de adultos para 1 milhão de pessoas por ano. Não só o fornecimento de educadores devidamente treinados, insuficientes para atender a demanda, mas há uma má coordenação dos seus esforços. O ministério reconhece a necessidade de tornar os educadores de adultos mais profissionais e também tratá-los adequadamente (Ministério da Educação e Cultura, 2008).

O MEC também está fazendo movimentos para levar os estatutos que regem a literacia e a formação de educadores de adultos até à data e, para revisar currículos de formação. Um grupo de trabalho do governo para a literacia e educação de adultos, aonde a ONG nacional tenha um representante, já foi estabelecido.

O Movimento de Educação para Todos (MEPT), Uma Rede Nacional de OSC que trabalham na Educação em Moçambique, tem vindo a fazer esforços para apoiarem formação profissional (Movimento de Educação para Todos de Moçambique, 2003). A Rede foi um desdobramento do desenvolvimento de OSC da Educação para Todos os processos dentro do País,

a Região do Sul de África, o Continente Africano e in em todo o mundo.

Outras OSC, da UNESCO e agencias de doadores partilham módulos de informacao e de formação específicas para abordagens educativas e métodos, tais como a REFLECT. No entanto, a incapacidade nacional para atender a necessidade de desenvolver a competência profissional é mais do que insatisfatório. No Colóquio Nacional sobre Alfabetização e Educação de Adultos, realizada na Beira, em Setembro de 2008, os participantes fortemente recomendaram que o governo desenvolva um currículo e um sistema institucional sustentável para um (contínuo ou modular) sistema de formação de literacia e educação de adultos e educadores.

# 9.

## CONCLUSÕES

A partir dos resultados deste estudo de investigação é evidente que os diversos programas de educação de jovens e adultos oferecidos em Moçambique não têm os recursos necessários em termos de educadores e de financiamento para alcançar a Educação para Todos no país até 2015. O grande número de jovens e adultos excluídos dos programas de educação e no emprego é colossal. A complexidade de suas necessidades também é em uma escala que supera os recursos relativamente escassos e os investimentos alocados para encontrá-los.

O compromisso do governo para com a educação da juventude, literacia, e educação de jovens e adultos e educação não-formal ainda não está claro. Geralmente, as suas intenções não são acompanhados pela prática. Se as promessas são para ser cumpridas, um esforço muito maior tem que ser feito para assegurar que estes programas de trabalho são concluídos e, numa escala muito maior.

Educação de jovens e adultos é actualmente visto dentro de um quadro muito estreito, ou seja, como na maior parte,

sobre literacia e equivalência escolar primária. (Esta é a preservação do MEC.) O campo mais amplo de educação e formação de adultos, que deve ser uma preocupação em todos os ministérios e em toda a sociedade civil, é negligenciada, sobretudo nos ministérios da Agricultura e Obras Públicas. Tanto no âmbito do MEC como nos vários ministérios que apóiam programas para educação de jovens e adultos, existe uma falta de comunicação que faz a coordenação impossível.

O currículo actual usado em programas de literacia convencionais devem ser avaliados em termos de sua eficácia e sua relevância para adultos e jovens, especialmente no que diz respeito as necessidades imediatas e futuras. A falta de dados acessíveis e verificados na educação de jovens fora da escola e adultos, continua a ser um sério entrave a qualquer tentativa de fornecer serviços adequados e educativos para estes groups desvantajados. Apesar destas desvantagem, duas universidades oferecem uma série de programas de treinamento para os profissionais, até à data a sua eficácia parece ter sido muito limitada.

# 10.

## RECOMENDAÇÕES

### Política , Legislação e Governança

1. O governo Moçambicano tem de elaborar uma política abrangente sobre a educação de jovens e adultos que esclareça o conceito deste tipo de educação e o que a mesma implica. Isto tornará possível o desenvolvimento de estratégias adequadas de ensino e a escolher entre prioridades competitivas.

### Literacia e Linguagem

2. A questão da língua da literacia e educação e instrução de adultos (básica) precisa ser re-examinada. Embora haja razões para ensino de Português como um dos principais meios de comunicação no local de trabalho e ao lidar com funcionários, existe um grande corpo de evidência internacional de que a língua-mãe, em vez de a língua oficial do país deve ser o principal meio de instrução em educação. Até mesmo a primária e básica quando os alunos concordam em aprender a língua oficial, posteriormente, a educação básica numa linguagem familiar revelou-se mais eficaz do que a alternativa.

### Currículo

3. O MEC deve personalizar os currículos de modo a que eles respondam directamente às necessidades dos alunos. Isto é particularmente importante para os jovens que tiveram muito pouca ou nenhuma educação formal, e aqueles que têm alguma educação, mas poucas habilidades profissionais

### Dados, informação e pesquisa

4. Há uma necessidade de padronização dos dados exigidos aos prestadores de educação de jovens e adultos (se eles são contratados pelo estado ou OSC). Todas essas instituições de ensino também devem ser incentivados a desenvolver as suas próprias capacidades para fornecer e verificar as informações.
5. Moçambique precisa de uma base de dados-web abrangente, sistemática e verificada sobre as provisões da educação de adultos e prática no país. Essa base de dados deverá conter explorações detalhadas de relatórios, pesquisas, avaliações e outros documentos que estão acessíveis na Internet.

6. O exercício de mapeamento sobre a juventude e educação de adultos e o banco de dados que está sendo desenvolvido sob os auspícios da GIZ e dvvinternational deve ser usado como base para um banco de dados nacional que o governo deve apoiar financeiramente

### Qualificações e as suas articulações

7. O governo deve desenvolver um quadro que oferece a certificação para os graduados de educação de jovens e adultos, que é equivalente ao do sistema formal de ensino, assegurando a justiça e a equidade entre a aprendizagem formal e não formal.

### Garantia de qualidade, monitorização e avaliação

8. O governo deve apoiar o desenvolvimento de mecanismos de controlo da qualidade, e mecanismos de monitorização e avaliação. Deve ainda promover a investigação e assegurar que a coleta de dados é realizada corretamente e com precisão. Isto irá contribuir para a capacidade do MEC formular e regular as políticas e programas, e avaliar o estado da educação de jovens e adultos.

### Financiamento

9. Os governo deve de fazer uma avaliação realística sobre as quantias necessárias para apoiarem a educação de adultos e jovens, e desenvolver estratégias para a procura e a atribuição dos fundos necessários (incluindo contribuições de doadores internacionais).
10. O governo deve se esforçar para atribuir 10 por cento do orçamento total da educação à educação de jovens e adultos até 2015
11. Todos os sectores devem tentar garantir financiamento sustentável para educação de jovens e adultos, e utilizar este apoio financeiro de uma forma responsável e transparente.

### Capacitação

12. As condições de servir todo o pessoal da educação de adultos ( em particular na literacia, educação básica para adultos não formal) deve ser atendido como um assunto urgente.
13. Deve ser acordado uma categoria para as qualificações da Educação para Adultos comparável ao dos educadores e formadores convencionais.
14. Universidades e instituições de pesquisa devem de trabalhar com profissionais para poderem oferecer apoio conceptual e prático para a educação da juventude e de adultos. Isto pode ser feito através de

pesquisa; a invenção de programas, currículo, materiais e abordagens educacionais e métodos que sejam relevantes respostas às necessidades dos estudantes, assim como efectivos na prática; os anexos das modalidades sobre a experiência de trabalho para os estudantes; e, o refinamento dos métodos actuais de monitorização e avaliação.

### Jovens Fora da Escola

15. As vantagens de programas separados para jovens fora das escola devem de ser exploradas.
16. ONGs devem de incluir jovens (ambos, os que estão fora da escola e os que estão empregados) nos seus programas de educação.

### Cooperação e networking

17. Provedores de educação de jovens e adultos trabalhando em diferentes campos devem de ser bem informados sobre as vantagens do networking e troca de informações. Uma instituição nacional que seja responsável pela criação e promoção de políticas coerentes e estratégias para educadores de educação não formal, e a necessidade de providenciar mecanismos de coordenação

## Referências

- Departamento de Educacao de Adultos. 2007. **State-of-the-art Review of Adult Education in Mozambique**. Maputo: Department for Adult Education, Eduardo Mondlane University and DVV International
- Luis, R.and Cambula, A.A.2010. **Situation of programmes and organisations using REFLECT in Mozambique**. Maputo: REFLECT
- Mário, M. 2003. The Mozambican Experience in Adult Literacy and Education. In: Centre for Adult Education. 2003. **International Conference on Adult Basic and Literacy Education in the SADC region. 3-5 December 2002**. Pietermaritzburg: Centre for Adult Education, University of Natal, pp. 128-136  
<http://www.ukzn.ac.za/cae/caepubs/sadconf.pdf>
- Ministry of Education. 2001. **Estratégia do Subsector de Alfabetização e Educação de Adultos/ Educação Não-Formal, 2001-2005**. Maputo: Ministry of Education
- Ministry of Education. 2003. **Plano Curricular para a Alfabetização**. Maputo: Ministry of Education
- Ministry of Education. 2003b. **Education Statistics - Annual School Results - 2002**. Maputo: Ministry of Education
- Ministry of Education. 2005. II Plano Estratégico do Sector da Educação (ESSP II) 2005-2009. Maputo: Ministry of Education [Unpublished draft document]
- Ministry of Education and Culture. 2008. **Report for VI CONFINTEA**. Maputo: Ministry of Education and Culture  
[http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UII/confintea/pdf/National\\_Reports/Africa/Africa/Mozambique.pdf](http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UII/confintea/pdf/National_Reports/Africa/Africa/Mozambique.pdf)
- Ministry of Education and Culture. 2010. **Ministry of Education and Culture 3rd March Survey 2010**. Maputo: Ministry of Education and Culture
- Ministry of Education and Culture. 2011. **Adult Literacy and Education/Non-Formal Education Strategy II (2010-2015)**. Maputo: Ministry of Education and Culture [Draft document]
- Morakinyo, A. 2011. Why it is important to make education affordable. You think! Washington, D.C.: World Bank, 20 May 2011.  
<http://youthink.worldbank.org/issues/education/why-it-important-make-education-affordable>
- Mouzinho, M. and Nandja, D. 2006. **Literacy in Mozambique: Education for All Challenges**. Paris: UNESCO  
[http://portal.unesco.org/education/fr/files/43821/11315373241Mouzinho\\_M.doc/Mouzinho\\_M.doc](http://portal.unesco.org/education/fr/files/43821/11315373241Mouzinho_M.doc/Mouzinho_M.doc)
- Movimento de Educagao para Todos de Mocambique. 2003. **Plano Estratégico (2003-2005)**. Maputo: Movimento de Educagao para Todos de Mocambique (MEPT)
- Passos, A., Nahara, T., Magaia, F., and Lauchande, C. 2005. **The SACMEQ II Project in Mozambique: A study of the conditions of schooling and the quality of education**. Harare: The Southern and Eastern Africa Consortium for Monitoring Educational Quality (SACMEQ)  
<http://www.sacmeq.org/downloads/sacmeqII/Mozambique.zip>
- Republic of Mozambique. 2001. **Action Plan for the Reduction of Absolute Poverty (2001-2005) (PARPA)**. Maputo: Republic of Mozambique, Council of Ministers  
<http://aec.msu.edu/fs2/mozambique//caadp/parpa2001-2005.pdf>
- Southern and Eastern Africa Consortium for Monitoring Educational Quality. 2012. **Education in Mozambique**. Harare: Southern and Eastern Africa Consortium for Monitoring Educational Quality (SACMEQ)  
<http://www.sacmeq.org/education-mozambique.htm>
- UNESCO. 2000. **The Dakar Framework for Action: Education for All: Meeting our Collective Commitments**. Paris: UNESCO

<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001211/121147e.pdf>

UNESCO. 2009a. African **Statement on the Power of Youth and Adult Learning and Education for Africa's Development. CONFINTEA VI Preparatory Conference in Africa. Nairobi, Kenya, 5 – 7 November 2008**. Hamburg: UNESCO

[http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UIIL/confintea/pdf/Preparatory\\_Conferences/Conference\\_Documents/Africa/confinteavi\\_rpc\\_africa\\_outcome\\_Document\\_en.pdf](http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UIIL/confintea/pdf/Preparatory_Conferences/Conference_Documents/Africa/confinteavi_rpc_africa_outcome_Document_en.pdf)

UNESCO. 2009b. **Harnessing the power and potential of adult learning and education for a viable future. Belém Framework for Action**. Hamburg: UNESCO

[http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UIIL/confintea/pdf/working\\_documents/BelpercentC3percentA9mpercent20Framework\\_Final.pdf](http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UIIL/confintea/pdf/working_documents/BelpercentC3percentA9mpercent20Framework_Final.pdf)

UNESCO International Bureau of Education. 2010. **World Data on Education. 7th Edition, Mozambique**. Geneva: UNESCO International Bureau of Education

[http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user\\_upload/Publications/WDE/2010/pdf-versions/Mozambique.pdf](http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/Publications/WDE/2010/pdf-versions/Mozambique.pdf)

United Nations Development Programme. 2008. **Human Development Report 2007/8 Fighting climate change: Human solidarity in a divided world**. New York: United Nations Development Programme

[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_20072008\\_EN\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_EN_Complete.pdf)

United Nations Development Programme. 2010. **Human Development Report 2010. The real wealth of nations: Pathways to human development**. New York: United Nations Development Programme

[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2010\\_EN\\_Complete\\_reprint.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_EN_Complete_reprint.pdf)

United Nations Development Programme. 2011a. **Human Development Report 2011. Sustainability and equity: a better future for all**. New York: United Nations Development Programm

[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2011\\_EN\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Complete.pdf)

United Nations Development Programme. 2011b. Report on the **Millennium Development Goals - Mozambique 2010**. New York: United Nations Development Programme

<http://undp.org.mz/en/content/download/2548/11613/file/>

[MDGpercent20Mozambiquepercent20Reportpercent202010.pdf](http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI)

World Bank. 2011. **GINI Index**. Washington, D.C.: World Bank

<http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI>

World Bank. 2012. **EdStats - Country profiles. Mozambique**. Washington, D.C.:World Bank

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTEDUCATION/EXTDATASTATISTICS/EXTEDSTATS/0,,contentMDK:22614780-menuPK:7196605-pagePK:64168445-piPK:64168309-theSitePK:3232764,00.html?MOZ,147>

World Education Forum. 2000. **Education for All: The Year 2000 Assessment. Report of Mozambique**. Paris: World Education Forum

<http://www.unesco.org/education/wef/countryreports/mozambique/contents.html>

A Open Society Initiative para a Southern Africa (OSISA é uma instituição em crescimento Africano empenhada em aprofundar a democracia, proteger os direitos humanos e o reforço da boa governação na África Austral. A Visão da OSISA é promover e sustentar os ideais, valores, instituições e práticas da sociedade aberta, com o objectivo de estabelecer uma sociedade vibrante da África Austral, em que as pessoas estejam livres de privações materiais e outras, compreender os seus direitos e responsabilidades e participarem democraticamente em todas as esferas da vida e compreender os seus direitos e responsabilidades e participar democraticamente em todas as esferas da vida

[www.osisa.org](http://www.osisa.org)



---

A dvv internacional é o Instituto de Cooperação Internacional da Associação Alemã do Ensino para Adultos (Deutscher Volkshochschul-Verband eV., DVV). O seu principal objectivo é a promoção do desenvolvimento através da cooperação no ensino para jovens e adultos. O trabalho doméstico e internacional da dvv internacional é orientado por um compromisso com os direitos humanos e os princípios do Instituto sobre a promoção das mulheres e a igualdade do género. A dvv internacional apoia programas de ensino não formal e abandono escolar que proporcionam os jovens e adultos com formação de aptidões ao longo da vida que servem as funções para complementar o ensino formal e formação e compensar as suas deficiências. A dvv internacional opera numa base mundial, com mais de 200 parceiros em mais de 40 países.



## Ensino e Educação de Jovens e Adultos em Moçambique

Muitos países da África Austral estão a enfrentar um desafio crítico e crescente - como fornecer uma educação que atenda às necessidades socioeconómicas das suas populações jovens protuberantes. A taxa de abandono escolar mantém-se altas por toda a região por isso muitas crianças e jovens acabam fora do sistema educacional. Incapazes de regressar a escola ou ter acesso ao ensino técnico e educação profissional, acabam sem instrução ou conhecimentos suficientes para prosperarem num mundo cada vez mais exigente.

As 'segunda oportunidades,' são muito escassas para estas crianças e jovens poderem aprender já como adultos em virtude do sistema de educação adulta estar também a enfrentar serias dificuldades. O financiamento continua a ser muito baixo, enquanto as lacunas na formulação e implementação de políticas o que significa que o sector não é suficiente para atender as necessidades actuais dos adultos na região - muito menos as necessidades da crescente população da juventude fora da escola.

O direito à educação para todas as crianças, jovens e adultos é fundamental. Grandes avanços foram feitos para a educação primária universal, juntamente com uma maior participação na educação secundária e terciária, as disparidades do género reduzidas, e algumas medidas para dar resposta às necessidades dos grupos marginalizados,

crianças com necessidades especiais e pessoas indígenas. Mas, apesar dessas conquistas, há muito ainda para ser feito ser feito no sector da educação da juventude e de adultos, para que os países da África Austral venham alguma vez a conseguir atender as demandas de todos os jovens sem educação e não-qualificados e adultos na região.

É neste contexto que este estudo foi encomendado pela OSISA em colaboração com dvv internacional para criar um roteiro actualizado do estado actual da educação de jovens e adultos em cinco países da África Austral - Angola, Lesoto, Moçambique, Namíbia e Suazilândia - e para destacar lacunas críticas e fornecer recomendações para resolvê-los.

Este relatório sobre Moçambique faz parte desse estudo regional. O objectivo do estudo era obter uma compreensão mais profunda da actual disposição da educação e formação para, jovens e adultos fora da escola, e para identificar as instituições mais eficazes, práticas educativas, a colaboração das partes interessadas e as estratégias de redes que podem ser usados para melhorar a quantidade e a qualidade da educação. Espera-se que este relatório possa ajudar o governo moçambicano para reforçar a sua juventude e as políticas de educação de adultos e prevenir contra a necessidade institucional e financeira para que seja suficiente e possa atender as necessidades educacionais de seus cidadãos jovens e adultos.